

## **1. Contexto Operacional**

A ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A. (“Companhia” ou “ALL Malha Norte”) é uma sociedade por ações brasileira, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Cuiabá – Mato Grosso, que opera no segmento de transporte ferroviário nos estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo. A Companhia é uma controlada direta da ALL – América Latina Logística S.A. (“Controladora” ou “ALL”) e indireta da Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. (“Rumo”).

A concessão para o transporte ferroviário de carga da Companhia foi concedida em 19 de maio de 1989 por um prazo de 90 anos, prorrogável por igual período. Não há obrigações de pagamento de qualquer valor durante o prazo do contrato uma vez que a ferrovia foi construída com capital privado.

Em 11 de fevereiro de 2015, em atenção ao estabelecido no artigo 2º da Instrução CVM nº 358/2002, foi aprovado pelo CADE, por unanimidade, nos termos do art. 61 da Lei nº 12.529/2011, o ato de Concentração relativo à incorporação de ações de emissão da ALL pela Rumo (“Incorporação”), mediante a celebração de um Acordo em Controle de Concentração (“ACC”). Por força do ACC, a nova companhia adotará determinados comportamentos voltados a eliminar as preocupações concorrenciais identificadas no parecer da Superintendência Geral do CADE.

Essas obrigações comportamentais vigorarão pelo prazo de até 7 (sete) anos e visam, sobretudo, assegurar atendimento isonômico aos usuários dos serviços de transporte ferroviário de cargas, principalmente por meio de reforço das regras de governança, da adoção de mecanismos de transparência nos parâmetros de tarifação, controle de atendimento dos serviços e da limitação do uso do transporte ferroviário por partes relacionadas.

A partir de 1º de abril de 2015, as ações de emissão da Rumo (BM&FBovespa: RUMO3), já refletindo os efeitos da Incorporação de Ações, passaram a ser negociadas na BM&FBOVESPA. Em decorrência deste processo as ações de emissão da Controladora (BM&FBovespa: ALLL3) deixaram de ser negociadas na BM&FBOVESPA em 31 de março 2015. Com isto, em 1º de abril de 2015, a Companhia se tornou uma controlada indireta da Rumo e da Cosan Limited.

### **a) Restrições e condições de operação na concessão outorgada à Companhia**

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de concessão, tais como: não efetuar sub-concessão; submeter-se à fiscalização permanente da União; cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes; cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

O contrato será extinto com a concretização dos seguintes fatos: convenção amigável das partes, precedidas de negociações e ajustes financeiros devidos por uma à outra parte; término do prazo contratual; encampação ou resgate, por interesse público superveniente à concessão, mediante a devida indenização; anulação por ilegalidade da concessão ou do contrato; infrações graves e continuadas cometidas por uma das partes, que acarretem danos à qualidade e eficiência dos serviços; por encampação pela União dos serviços concedidos ou pelo advento de Lei que torne o contrato, formal ou materialmente, impossível. Ocorrendo a encampação, os acionistas da Companhia serão indenizados pelo justo valor do acervo vinculado à concessão, apurado à época da encampação.

## **2. Base de preparação e principais políticas contábeis**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 29 de março de 2016.

### **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia

### **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

Em função da aquisição pela Rumo, a Companhia passou por uma revisão de suas principais estimativas, fato que impactou o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. As principais estimativas revisadas foram:

- Vidas úteis dos ativos imobilizados: até 31 de março de 2015, a Companhia não apresentava um controle individualizado dos seus ativos de longo prazo. Em 1º de abril de 2015 o trabalho de individualização dos ativos foi concluído, fato que permitiu uma clara aferição de suas vidas úteis, que foram adotadas a partir desta data, trazendo uma carga de depreciação maior ao custos dos serviços prestados.
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa: a partir de 1º de abril de 2015 a Companhia passou a adotar o critério de sua nova controladora, onde os saldos vencidos acima de 90 dias são 100% provisionados, salvo exceções onde são apresentadas garantias reais ou negociações específicas.
- Provisão para realização de estoques de peças de manutenção: com a aquisição da Companhia pela Rumo e a perspectiva de aquisição de novas locomotivas e vagões, os estoques que seriam utilizados na manutenção de equipamentos antigos foram considerados para provisão para realização uma vez que existe um plano de descontinuidade dos ativos antigos que demandariam tais peças.

- Provisão para demandas judiciais: a nova administração da Companhia efetuou uma revisão geral das contingências atentando para (i) o valor atualizado das causas, (ii) revisão dos riscos de perda, (iii) análise detalhada das defesas propostas, (iv) revisão da estratégia de defesa e (v) fase processual. Desta forma a estimativa do valor relacionado a contingências prováveis foi alterado com base na melhor estimativa da nova administração.
- Provisão para remediação ambiental: a Companhia fez um levantamento de suas obrigações de remediação ambiental e provisionou o montante previsto para realização das adequações necessárias.

A revisão das estimativas acima trouxe impacto redutor, antes dos impostos, de R\$ 118.658 aos resultados do exercício, alocados nas linhas de custo dos serviços prestados (R\$ 72.186), despesas com vendas, gerais e administrativas (R\$ 5.848) e outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (R\$ 40.624), fato que não necessariamente os torna comparáveis com os saldos correspondentes de períodos anteriores.

As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 11 - Imobilizado e Intangível**

O cálculo da depreciação e amortização de ativos intangíveis e imobilizado inclui as estimativas das vidas úteis.

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis e imobilizados. Um *impairment* existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

- **Nota 13 - Arrendamento mercantil**

A Companhia contratou arrendamentos mercantis de material rodante (locomotivas e vagões). A classificação do arrendamento como operacional ou financeiro é determinada com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos. A Companhia identificou os casos em que assume substancialmente todos os riscos e benefícios significativos da propriedade dos referidos bens, registrando esses casos como arrendamento financeiro.

- **Nota 9 - Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na extensão em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual estes possam ser utilizados. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

- **Nota 22 - Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros**

Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, ele é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, tais como o risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

- **Nota 15 - Provisão para demandas judiciais**

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## **Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, são utilizadas para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos contábeis, incluindo o nível de hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, sempre que possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

## **2.4 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (a) os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- (b) os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

## 2.5 Investimento em coligadas (equivalência patrimonial das investidas)

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as suas políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% do poder votante da entidade.

As seguintes coligadas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:

	<b>Participação direta e indireta</b>	
	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
<b>Coligadas (Equivalência patrimonial)</b>		
Termag S.A. (i)	19,85%	19,85%
TGG S.A. (i)	9,92%	9,92%
Terminal XXXIX S.A.	49,62%	49,62%
Portofer Ltda.	50,00%	50,00%

- (i) Para essas coligadas a conclusão sobre a existência de influência significativa decorre da participação de representante da Companhia no conselho da coligada.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. O custo dos investimentos incluem os gastos com transação.

As demonstrações financeiras incluem os resultados e variações patrimoniais de coligadas, na proporção da participação da Companhia, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquelas da Companhia.

## 2.6 Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

## 2.7 Instrumentos financeiros

### a) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros disponíveis para venda ou empréstimos e recebíveis.

➤ Ativo financeiro disponível para venda

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda incluem CDBs e títulos do governo.

➤ Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, recebíveis de partes relacionadas e caixa restrito.

➤ Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros resgatáveis em três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

## **b) Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

A Companhia normalmente classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado mediante o método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamento mercantil, certificado de recebíveis imobiliários, fornecedores, pagáveis a partes relacionadas, dividendos a pagar e parcelamento de débitos - REFIS.

### c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Como a Companhia não se utiliza do mecanismo de *hedge* accounting, após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

## 2.8 Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição e pelo valor realizável líquido.

O valor realizável líquido é ajustado com base em obsolescência e eventuais perdas uma vez que o estoque da Companhia é para consumo próprio na forma de combustível ou peças de manutenção. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

## 2.9 Imobilizado

### a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida;
- uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção dos equipamentos e restauração do local em que eles estão localizados, quando a Companhia tem a obrigação de retirar o bem ou restaurar o local; e
- custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

#### (i) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

## (ii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do momento em que estiverem disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de bens do ativo imobilizado menos seus valores residuais estimados usando o método linear ao longo de suas vidas úteis estimadas. A depreciação é geralmente reconhecida nos lucros ou prejuízos, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor prazo entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a menos que esteja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade no fim do prazo da locação. Terrenos não são depreciados.

A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil média de cada ativo, seguindo vidas úteis (em anos) demonstradas abaixo:

Edifícios e benfeitorias	10 - 25
Máquinas, equipamentos e instalações	4 - 10
Aeronaves, embarcações e veículos	5 - 10
Vagões	
Benfeitorias	1 - 27
Próprios	30 - 35
Locomotivas	
Benfeitorias	1 - 23
Próprios	25 - 30
Vias permanentes	
Benfeitorias	2 - 23
Próprios	2 - 97
Móveis e utensílios	4 - 10
Equipamentos de informática	4 - 10

Os custos da manutenção periódica normal são contabilizados em despesas quando incorridos uma vez que os componentes substituídos não melhorem a capacidade produtiva ou introduzam aprimoramentos aos equipamentos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, se apropriado.

## 2.10 Intangíveis

### a) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

### b) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.



### **c) Amortização**

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso sejam adequados.

## **2.11 Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

### ➤ Ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

### ➤ Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes com base na taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

## **2.12 Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

## **2.13 Benefícios a empregados**

### ➤ Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios a empregados de curto prazo são mensuradas em uma base não descontada e são contabilizadas conforme o serviço relacionado seja prestado. Um passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em bônus em dinheiro de curto prazo ou planos de participação nos lucros se a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação pode ser estimada de forma confiável.

### ➤ Transações de pagamento baseado em ações

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (vesting date).

### ➤ Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

## **2.14 Receita**

### **a) Receita de serviços**

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas quando a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável. Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, de frete rodoviário, de transporte de contêineres, de armazenagem e de transbordo e elevação portuária, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos no momento em que o serviço logístico é prestado.

#### **b) Receita diferida**

A Companhia possui receita diferida composta por adiantamentos recebidos de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

### **2.15 Arrendamentos mercantis**

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

#### **a) Ativos arrendados**

Ativos detidos pela Companhia no âmbito de contratos de arrendamento que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os ativos detidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

#### **b) Pagamentos de arrendamentos**

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos linearmente como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada exercício durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Os valores pagos antecipadamente pela Companhia são registrados no ativo e alocados no resultado linearmente no decorrer do prazo do contrato. Os encargos incorridos no exercício de carência são registrados no resultado e mantidos como obrigações a pagar, sendo baixados proporcionalmente ao pagamento das parcelas correntes.

### **2.16 Receitas e despesas financeiras**

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado pelo método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais sobre ativos e passivos financeiros são reportados em uma base líquida ou como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se os movimentos em moeda estrangeira estão em uma posição de ganho líquido ou perda líquida.

## **2.17 Impostos e contribuições**

Imposto de renda abrange o imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%. As despesas com imposto compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto na medida em que se trata de uma combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

### **a) Imposto de renda e contribuição social corrente**

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

### **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal; e
- diferenças temporárias relacionadas com investimentos em coligadas, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível

A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, na data do balanço, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão, utilizando as taxas de imposto aprovadas na data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e são relacionados a mesma entidade tributável.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal será realizado.

#### **c) Impostos indiretos**

A receita é reconhecida líquida de descontos e impostos sobre vendas.

#### **d) Riscos fiscais**

Na determinação do montante de imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos. Esta avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem tornar-se disponíveis, que pode fazer com que a Companhia mude sua decisão sobre a adequação das obrigações fiscais existentes; tais alterações terão impacto na despesa de imposto no exercício em que tal determinação é efetuada.

### **2.18 Subvenções e assistências governamentais**

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. A Companhia possui um incentivo fiscal cujo benefício compreende redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis apurados sobre o lucro de exploração iniciado em 2008 e término do prazo em 2024.

### **2.19 Demonstrações de valor adicionado**

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

### **2.20 Fluxo de caixa – transações que não envolveram caixa**

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram o caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

- Arrendamento de locomotivas, vagões e outros ativos através de operação caracterizada contabilmente como leasing financeiro no montante de R\$ 275.180.

## 2.21 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC.

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, publicado em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para o exercício a iniciar em 1º de janeiro de 2018.

- IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes exige o reconhecimento da receita refletindo a contraprestação esperada a receber em troca do controle desses bens e serviços. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - Contratos de Construção, a IAS 18 - Receitas e correspondentes interpretações. A IFRS 15 é efetiva para o exercício a iniciar em 1º de janeiro de 2018.
- IFRS 16 – Arrendamentos, foi emitida em 13 de janeiro de 2016. Espera-se um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia, pois todos os arrendamentos nos quais a Companhia é arrendatária deverão estar reconhecidos no balanço. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2019 e substitui a IAS 17 – Arrendamentos.

A Companhia ainda está avaliando os efeitos que as normas acima terão nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. Não há outras novas normas IFRS ou interpretações IFRIC que se espera que tenha um impacto significativo sobre a Companhia.

## 2.22 Reapresentação das cifras comparativas

Em decorrência da combinação das atividades da Companhia com a Rumo, foram identificados ajustes e reclassificações que levaram a administração da Companhia a reemitir as presentes demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. Essas demonstrações financeiras estão sendo reemitidas para correção de erros, conforme detalhado nos itens (i) a (iv) abaixo.

### Correção de erros

- (i) Reclassificação de créditos de ICMS na compra de ativo imobilizado, não compensáveis, de impostos a recuperar para ativo imobilizado.
- (ii) A Companhia revisou os critérios utilizados para a contabilização de créditos de impostos previdenciários em 2014 e como resultado desta revisão concluiu que o crédito era incerto e, dessa forma, ajustou retroativamente as cifras daquele ano, estornando o crédito tributário registrado em 31 de dezembro de 2014.

- (iii) Reversão de ganhos decorrente de operação de sale and leaseback, reconhecidos em períodos anteriores e relacionados a contratos de arrendamento financeiro anteriormente classificados como arrendamento operacional, que tiveram os seus registros contábeis reconstituídos no encerramento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e 2013.
- (iv) Recálculo do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos decorrente dos ajustes de reapresentação efetuados.

## Reapresentação dos números de 31 de Dezembro de 2014

	31/12/2014 Original	ICMS (i)	Créditos previdenciários (ii)	Efeitos Tributários (iv)	31/12/2014 Reapresentado
<b>Ativo</b>					
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	562	-	-	9.778	10.340
Outros ativos circulantes	1.517.156	-	-	-	1.517.156
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>1.517.718</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.778</b>	<b>1.527.496</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Impostos e contribuições a recuperar	84.434	(45.733)	(2.890)	-	35.811
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	44.471	-	-	-	44.471
Imposto de renda e contribuição social diferidos	264.778	-	-	(3.960)	260.818
Imobilizado	3.210.468	47.272	-	-	3.257.740
Outros ativos não circulantes	723.316	-	-	-	723.316
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>4.327.467</b>	<b>1.539</b>	<b>(2.890)</b>	<b>(3.960)</b>	<b>4.322.156</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>5.845.185</b>	<b>1.539</b>	<b>(2.890)</b>	<b>5.818</b>	<b>5.849.652</b>

	31/12/2014 Original	ICMS (i)	Créditos previdenciários (ii)	Efeitos Tributários (iv)	Receita diferida (iii)	31/12/2014 Reapresentado
<b>Passivo circulante</b>						
Obrigações fiscais	2.643	-	-	-	-	2.643
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	14.162	-	8.934	-	-	23.096
Receitas diferidas	1.528	-	-	-	1.172	2.700
Outros passivos circulantes	2.901.740	-	-	-	-	2.901.740
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>2.920.073</b>	<b>-</b>	<b>8.934</b>	<b>-</b>	<b>1.172</b>	<b>2.930.179</b>
<b>Passivo não circulante</b>						
Receitas diferidas	6.723	-	-	-	13.771	20.494
Outros passivos não circulantes	1.001.284	-	-	-	-	1.001.284
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>1.008.007</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.771</b>	<b>1.021.778</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>3.928.080</b>	<b>-</b>	<b>8.934</b>	<b>-</b>	<b>14.943</b>	<b>3.951.957</b>
Patrimônio líquido	1.917.105	1.539	(11.824)	5.818	(14.943)	1.897.695
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>5.845.185</b>	<b>1.539</b>	<b>(2.890)</b>	<b>5.818</b>	<b>-</b>	<b>5.849.652</b>

	31/12/2014					31/12/2014
	Saldo original	Créditos previdenciários (ii)	ICMS (i)	Receita Diferida (iii)	Efeitos tributários (iv)	Saldo (Reapresentado)
Receita líquida de serviços	2.033.468	-	-	1.172	-	2.034.640
Custo dos serviços prestados	(1.450.830)	(10.167)	(4.336)	-	-	(1.465.333)
<b>Lucro bruto</b>	<b>582.638</b>	<b>(10.167)</b>	<b>(4.336)</b>	<b>1.172</b>	<b>-</b>	<b>569.307</b>
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(19.208)	-	4.408	-	-	(14.800)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	20.848	-	-	-	-	20.848
Provisão para <i>impairment</i>	(168.000)	-	-	-	-	(168.000)
Equivalência patrimonial	8.615	-	-	-	-	8.615
	<b>(157.745)</b>	<b>-</b>	<b>4.408</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(153.337)</b>
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>424.893</b>	<b>(10.167)</b>	<b>72</b>	<b>1.172</b>	<b>-</b>	<b>415.970</b>
Resultado financeiro	(292.246)	(1.657)	-	-	-	(293.903)
<b>Lucro operacional antes dos tributos</b>	<b>132.647</b>	<b>(11.824)</b>	<b>72</b>	<b>1.172</b>	<b>-</b>	<b>122.067</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(34.332)	-	-	-	9.779	(24.553)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	40.245	-	-	(399)	(8.929)	30.917
	<b>5.913</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(399)</b>	<b>850</b>	<b>6.364</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>138.560</b>	<b>(11.824)</b>	<b>72</b>	<b>773</b>	<b>850</b>	<b>128.431</b>

### Reapresentação dos números de 31 de Dezembro de 2013

	31/12/2013	Correção de erro		31/12/2013
	Original	ICMS (i)	Receita diferida (iii)	Reapresentado
<b>Ativo</b>				
<b>Ativo circulante</b>	<b>1.885.686</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.885.686</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
Outros tributos a recuperar	80.846	(25.596)	-	55.250
Impostos de renda e contribuição social diferidos	224.918	-	5.580	230.498
Imobilizado	3.273.692	27.062	-	3.300.754
Outros ativos	423.912	-	-	423.912
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>4.003.368</b>	<b>1.466</b>	<b>5.580</b>	<b>4.010.414</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>5.889.054</b>	<b>1.466</b>	<b>5.580</b>	<b>5.896.100</b>



	31/12/2013 Original	Correção de erro		31/12/2013 Reapresentado
		ICMS (i)	Receita diferida (iii)	
<b>Passivo circulante</b>				
Receitas diferidas	1.528	-	1.675	3.203
Outros passivos circulantes	991.539	-	-	991.539
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>993.067</b>	<b>-</b>	<b>1.675</b>	<b>994.742</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Receitas diferidas	8.251	-	14.652	22.903
Outros passivos não circulantes	3.086.732	-	-	3.086.732
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>3.094.983</b>	<b>-</b>	<b>14.652</b>	<b>3.109.635</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>4.088.050</b>	<b>-</b>	<b>16.327</b>	<b>4.104.377</b>
Patrimônio líquido	1.801.004	1.466	(10.747)	1.791.723
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>5.889.054</b>	<b>1.466</b>	<b>5.580</b>	<b>5.896.100</b>

A demonstração do resultado abrangente foi afetada somente pelo impacto dos ajustes na demonstração de resultado. Para adequar a apresentação dos fluxos de caixa originados (utilizados) nas atividades operacionais, investimentos e financiamentos às novas políticas de divulgação da Companhia foram efetuadas as reclassificações apresentadas abaixo:

- (i) Movimentação do lucro líquido do exercício para lucro antes dos impostos
- (ii) Ajustes decorrentes da reapresentação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014
- (iii) Detalhamento dos efeitos de demandas judiciais no fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais, bem como reclassificação dos juros pagos de atividades operacionais para atividades de financiamento.

	31/12/2014 Original	Ajuste imposto (i)	Ajustes de reapresentação (ii)	Demandas judiciais (iii)	Juros sobre empréstimos (iii)	31/12/2014 (Reapresentado)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>						
Resultado operacional antes do IR e CS	138.560	(5.913)	(10.580)	-	-	122.067
Ajustes para:						
Depreciação e amortização	186.395	-	4.336	-	-	190.731
Provisão para <i>impairment</i>	168.000	-	-	-	-	168.000
Equivalência patrimonial	(8.615)	-	-	-	-	(8.615)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(40.245)	40.245	-	-	-	-
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	106.467	-	1.657	-	267.782	375.906
Receita diferida	(1.528)	-	(1.172)	-	-	(2.700)
Provisão para demandas judiciais	21.259	-	-	21.259	-	42.518
Outros	128	-	-	-	-	128
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(6.370)	-	-	-	-	(6.370)
	<b>564.051</b>	<b>34.332</b>	<b>(5.759)</b>	<b>21.259</b>	<b>267.782</b>	<b>881.665</b>
<b>Redução (aumento) nas contas do ativo e passivo</b>						
Contas a receber de clientes	90.819	-	-	-	-	90.819
Estoques	10.484	-	-	-	-	10.484
Impostos e contribuições a recuperar	(87.303)	-	5.759	-	-	(81.544)
Dividendos e juros sobre capital próprio	677	-	-	-	-	677
Fornecedores	(181.538)	-	-	-	-	(181.538)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	617	-	-	-	-	617
Obrigações fiscais	(4.436)	(34.332)	-	-	-	(38.768)
Provisões para demandas judiciais	-	-	-	(10.345)	-	(10.345)
Outros ativos e passivos, líquidos	(119.798)	-	-	(10.914)	-	(130.712)
	<b>(290.478)</b>	<b>(34.332)</b>	<b>5.759</b>	<b>(21.259)</b>	<b>-</b>	<b>(340.310)</b>
<b>Caixa gerado nas atividades operacionais</b>	<b>273.573</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>267.782</b>	<b>541.355</b>

	31/12/2014 Original	Ajuste imposto (i)	Ajustes de reapresentação (ii)	Demandas judiciais (iii)	Juros sobre empréstimos (iii)	31/12/2014 (Reapresentado)
<b>Caixa utilizado nas atividades de investimentos</b>	<b>(288.914)</b>	-	-	-	-	<b>(288.914)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>						
Amortização de Juros	-	-	-	-	(267.782)	(267.782)
Outras atividades de financiamento	(600.941)	-	-	-	-	(600.941)
<b>Caixa utilizado nas atividades de financiamento</b>	<b>(600.941)</b>	-	-	-	<b>(267.782)</b>	<b>(868.723)</b>
<b>Redução no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(616.282)</b>	-	-	-	-	<b>(616.282)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.282.367	-	-	-	-	1.282.367
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	666.085	-	-	-	-	666.085
<b>Redução no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(616.282)</b>	-	-	-	-	<b>(616.282)</b>

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>01/01/2014</u>
Bancos conta movimento	16	10	7.516
Aplicações financeiras (i)	25.087	666.075	1.274.851
	<u><b>25.103</b></u>	<u><b>666.085</b></u>	<u><b>1.282.367</b></u>

(i) As aplicações financeiras estão substancialmente compostas por:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>01/01/2014</u>
<b>Aplicações em fundos exclusivos</b>			
Fundos de Investimentos	86	36.578	120.340
Títulos do governo	-	329.957	610.109
	<u><b>86</b></u>	<u><b>366.535</b></u>	<u><b>730.449</b></u>
<b>Aplicações em Bancos</b>			
Certificado de depósitos bancários - CDB	25.001	299.540	544.402
	<u><b>25.087</b></u>	<u><b>666.075</b></u>	<u><b>1.274.851</b></u>

### 4. Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>01/01/2014</u>
Debêntures	-	32.493	12.383
Títulos do governo	174.891	-	-
Aplicações em CDB	-	184.359	-
	<u><b>174.891</b></u>	<u><b>216.852</b></u>	<u><b>12.383</b></u>

O caixa restrito apresentado no ativo não circulante é representado por aplicações financeiras que são vinculadas a empréstimos do junto ao BNDES e Caixa Econômica Federal (R\$77.262), bem como *escrow* para suporte a fianças bancárias (R\$2.557) em 31 de dezembro de 2015.

### 5. Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>01/01/2014</u>
Clientes terceiros	41.032	38.259	118.125
Clientes partes relacionadas (*)	165.697	69.628	80.272
(-) Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(1.364)	-	(6.369)
	<u><b>205.365</b></u>	<u><b>107.887</b></u>	<u><b>192.028</b></u>

(\*) Em 31 de dezembro de 2015 o saldo a receber com partes relacionadas (substancialmente compreendidos com transações com a ALL - Malha Paulista ) tem por natureza aluguel de terminal serviços de fretes ferroviário.

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes, líquido da provisão de créditos de liquidação duvidosa, são como segue:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>01/01/2014</u>
A vencer	44.100	93.642	101.677
Vencidas			
Até 30 dias	10.243	7.057	32.031
De 31 a 60 dias	12.277	1.377	24.325
De 61 a 90 dias	11.439	222	10.215
Mais de 90 dias	127.306	5.589	23.780
	<u>205.365</u>	<u>107.887</u>	<u>192.028</u>

A movimentação da provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

<b>Saldo em 01 de janeiro de 2014</b>	<u>(6.369)</u>
Adições	(7.176)
Reversões	13.545
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	-
Adições	(1.364)
Reversões	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<u>(1.364)</u>

A política de provisão da Companhia contempla a provisão de saldos vencidos há mais de 90 dias, exceto quando houver evidências objetivas ou garantias reais sobre os saldos. Para clientes que possuem uma fatura vencida há mais de 90 dias, faturas vencidas há menos tempo ou ainda não vencidas também são consideradas para fins de provisão.

Faturas vencidas acima de 90 dias incluem R\$ 127.345 de saldos com partes relacionadas, para as quais também não são constituídas provisões visto o atraso decorrer da gestão de caixa centralizada do grupo, e não de inadimplência.

## 6. Transações com partes relacionadas

	<u>Ativo não circulante</u>			<u>Passivo não circulante</u>		
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>01/01/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>01/01/2014</u>
ALL Intermodal	480	-	-	-	-	-
ALL Malha Oeste	12.176	-	-	-	-	-
ALL Malha Paulista	127.157	116.355	152.158	-	49	708
ALL Malha Sul	426.255	695	448	9.641	-	182
ALL S.A.	153.576	475.300	-	-	1	-
ALL Serviços	15	-	-	-	-	12.004
Portofer	8.019	32.243	19.878	421	-	-
Outros	-	-	-	-	9	-
	<u>727.678</u>	<u>624.593</u>	<u>172.484</u>	<u>10.062</u>	<u>59</u>	<u>12.894</u>

Todas as transações com partes relacionadas demonstradas no quadro acima estão relacionadas à recursos financeiros para gestão de caixa da Companhia.

Do total do saldo referente a adiantamentos a fornecedores em 2015, R\$ 581.821 é decorrente de transações com partes relacionadas (substancialmente ALL Malha Paulista) referente a partilha de fretes.

O saldo a pagar para fornecedores contempla R\$ 159.144 em 2015 decorrente de transações com partes relacionadas (substancialmente ALL Malha Sul, ALL Malha Paulista e Raízen Combustíveis S.A.) referente a compra de combustíveis e partilha de frete ferroviário.

O saldo de outros ativos contempla R\$ 217.457 em 2015 decorrente de transações com partes relacionadas (substancialmente ALL S.A.) referente a adiantamentos.

## 7. Debêntures privadas

Em 6 de janeiro de 2015, a Companhia adquiriu uma série de 45.000 debêntures não conversíveis, da espécie subordinada, no valor unitário de R\$ 10, totalizando R\$ 450.000 emitidas pela sua controladora “ALL” como segue:

<b>Série</b>	<b>Data de emissão</b>	<b>Valor</b>	<b>Vencimento final</b>	<b>Remuneração anual</b>	<b>31/12/2015</b>
Debêntures privada - ALL Holding	06/01/2015	450.000	02/05/2016	CDI+1,30%	515.600

O saldo de atualização financeira totalizou R\$ 65.600 em 31 de Dezembro de 2015

## 8. Outros tributos a recuperar

	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014 (Reapresentado)</b>	<b>01/01/2014 (Reapresentado)</b>
Créditos federais a compensar	56.438	144.249	86.988
PIS/COFINS			
ICMS (i)	11.126	13.101	23.043
ICMS CIAP (ii)	20.933	21.911	21.463
Outros	1.018	415	5.579
	<b>89.515</b>	<b>179.676</b>	<b>137.073</b>
<b>Circulante</b>	<b>39.495</b>	<b>143.865</b>	<b>81.823</b>
<b>Não circulante</b>	<b>50.020</b>	<b>35.811</b>	<b>55.250</b>

- (i) Créditos de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizados na prestação de serviço de transporte.  
(ii) Créditos de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

## 9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

### a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	31/12/2015	31/12/2014 (Reapresentado)
Lucro antes dos tributos	193.626	122.067
<b>Alíquota nominal</b>	34%	34%
Impostos à alíquota nominal	(65.833)	(41.503)
Ajustes do imposto por:		
Equivalência patrimonial	2.700	2.929
Efeito de amortização de ágio fiscal	10.079	10.079
Efeito redução alíquota incentivo SUDAM	28.596	37.424
Outras diferenças permanentes	(71)	(2.565)
Despesa de impostos efetiva	(24.529)	6.364
Impostos correntes	(18.573)	(24.553)
Impostos diferidos	(5.956)	30.917

### b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

	31/12/2015	31/12/2014 (Reapresentado)	01/01/2014 (Reapresentado)
Prejuízos fiscais e bases negativas	129.230	146.354	174.490
Provisão <i>Impairment</i>	47.010	57.120	-
Provisão para demandas judiciais	14.022	4.342	631
Provisão para não realização de impostos	9.872	7.344	3.705
Provisão para participação nos resultados	5.150	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas	464	-	2.165
Despesas diferidas	55.754	56.660	63.106
Outras provisões	18.723	28.416	14.989
Outros	21.961	24.751	32.868
<b>Total dos créditos fiscais</b>	<b>302.186</b>	<b>324.987</b>	<b>291.954</b>
(-) Compensação IR Diferido Lei 12.996/2014	-	(384)	-
(-) Créditos não registrados	(47.111)	(63.785)	(61.456)
<b>(=) Créditos líquidos registrados</b>	<b>255.075</b>	<b>260.818</b>	<b>230.498</b>

### c) Realização do imposto sobre a renda e contribuição social diferidos

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais tributáveis.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresenta a seguinte expectativa de realização de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias:

	<u><b>31/12/2015</b></u>
Dentro de um ano	23.272
Após um ano e menor que cinco anos	29.402
Mais de cinco anos	<u>202.401</u>
Total	<u><b>255.075</b></u>

**d) Movimentação dos impostos diferidos (líquidos)**

	<u><b>31/12/2015</b></u>	<u><b>31/12/2014</b></u> <b>(Reapresentado)</b>
Saldo inicial	260.818	230.498
Receita/(despesa) de imposto reconhecida no resultado	(5.956)	30.917
Outros	<u>213</u>	<u>(597)</u>
Saldo final	<u><b>255.075</b></u>	<u><b>260.818</b></u>



## 10. Investimentos

Investimentos	Coligadas									
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial			Valor dos investimentos		
					31/12/2015	31/12/2014	01/01/2014	31/12/2015	31/12/2014	01/01/2014
Terminal Granéis Guarujá - TGG	256.027	59.016	197.011	39.796	3.980	2.950	2.644	19.701	15.826	12.876
Portofer	148.037	58.647	89.390	1.738	869	-	-	44.695	43.826	43.826
Terminal XXXIX	44.499	13.383	31.116	5.691	2.846	521	1.619	15.558	15.680	15.836
Terminal Marítimo Guarujá - TMG	177.819	152.127	25.692	1.225	245	5.144	794	5.138	6.220	1.076
					7.940	8.615	5.057	85.092	81.552	73.614

Movimentação dos investimentos	Participação	31/12/2014	Equivalência patrimonial	Dividendos	Outros	Transferência	31/12/2015
Terminal Granéis Guarujá - TGG	10%	15.826	3.980	-	-	(105)	19.701
Portofer	50%	43.826	869	-	-	-	44.695
Terminal XXXIX	50%	15.680	2.846	(4.000)	(400)	1.432	15.558
Terminal Marítimo Guarujá - TMG	20%	6.220	245	-	-	(1.327)	5.138
		<b>81.552</b>	<b>7.940</b>	<b>(4.000)</b>	<b>(400)</b>	<b>-</b>	<b>85.092</b>

Movimentação dos investimentos	Participação	01/01/2014	Equivalência patrimonial	Ganho/perda de investimento	Dividendos	31/12/2014
Terminal Granéis Guarujá - TGG	10%	12.876	3.279	(329)	-	15.826
Portofer	50%	43.826	-	-	-	43.826
Terminal XXXIX	50%	15.836	2.442	(1.921)	(677)	15.680
Terminal Marítimo Guarujá - TMG	20%	1.076	5.144	-	-	6.220
		<b>73.614</b>	<b>10.865</b>	<b>(2.250)</b>	<b>(677)</b>	<b>81.552</b>

## 11. Imobilizado

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Vagões e locomotivas (i)   (ii)	Obras em andamento	Via Permanente (i)	Outros ativos	Total
<b>Valor de custo:</b>						
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>211.312</b>	<b>1.605.007</b>	<b>43</b>	<b>2.206.722</b>	<b>128.067</b>	<b>4.151.151</b>
Adições	-	281.508	153.283	-	5.522	440.313
Baixas	-	(4.800)	-	-	(5.993)	(10.793)
Transferências	20.800	76.719	(117.427)	51.292	5.467	36.851
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>232.112</b>	<b>1.958.434</b>	<b>35.899</b>	<b>2.258.014</b>	<b>133.063</b>	<b>4.617.522</b>
<b>Valor de depreciação:</b>						
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>(41.981)</b>	<b>(559.642)</b>	<b>-</b>	<b>(259.725)</b>	<b>(32.063)</b>	<b>(893.411)</b>
Adições	(12.040)	(126.819)	-	(181.951)	(6.513)	(327.323)
Baixas	-	304	-	-	-	304
Transferências	-	-	-	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>(54.021)</b>	<b>(686.157)</b>	<b>-</b>	<b>(441.676)</b>	<b>(38.576)</b>	<b>(1.220.430)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>169.331</b>	<b>1.045.365</b>	<b>43</b>	<b>1.946.997</b>	<b>96.004</b>	<b>3.257.740</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>178.091</b>	<b>1.272.277</b>	<b>35.899</b>	<b>1.816.338</b>	<b>94.487</b>	<b>3.397.092</b>

(i) Inclui benfeitorias de bens arrendados;

(ii) Inclui arrendamento mercantil financeiro.

### Análise de perda ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente a existência de fatores externos e internos que possam impactar os valores recuperáveis dos ativos imobilizados e intangíveis, uma vez que não apresenta ágio ou ativos intangíveis de vida útil indefinida. Portanto, ativos imobilizados e ativos intangíveis de vida definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 identificamos indicadores externos de *impairment*, como o aumento da taxa básica de juros que levaram a realização de teste de *impairment*. Não foram identificados fatores internos que levassem a um teste uma vez que a Companhia (i) atingiu os resultados operacionais de seu plano de negócios, (ii) não teve mudança no uso dos ativos (ii) não apresentou obsolescência ou dano físico aos seus ativos, e também (iii) não apresentou declínio de desempenho dos ativos.

O valor recuperável foi determinado utilizando fluxos de caixa descontados determinados pela Administração com base nos orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada negócio, utilizando informações disponíveis no mercado, premissas de orçamento e desempenho anteriores.

A Administração entende adequada a utilização de períodos superiores a 5 anos na elaboração dos fluxos de caixa descontados para refletir o tempo estimado de utilização dos ativos durante o prazo da concessão.

As principais premissas utilizadas foram (i) expectativas do mercado brasileiro de produção de açúcar, soja, farelo e milho, destinados, principalmente, ao volume de exportação, (ii) expectativa em relação aos preços de fretes ferroviários, (iii) disponibilidade de capacidade de transporte e portuária, e (iv) condições macro econômicas.

Todos esses fluxos de caixa futuros foram descontados por taxas entre 8 a 10% após impostos (custo médio ponderado de capital) que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em sua unidade geradora de caixa. Uma variação de 0,5 pontos percentuais na taxa de desconto utilizada gera um impacto de aproximadamente 7% no valor recuperável. O dólar não tem impacto significativo nas projeções e, portanto a flutuação do câmbio não teria efeito significativo no valor recuperável.

O resultado dos testes de *impairment* não indicou nenhuma necessidade de provisão no ano de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015 nenhuma despesa por perda de valor recuperável de ativos foi reconhecida. A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas-chaves conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

Finalmente, não foram identificados em 2015 fatores que pudessem indicar eventual reversão do *impairment* reconhecido em 2014, conforme descrito abaixo.

#### ***Impairment de 2014***

##### **(i) Perda por redução ao valor recuperável por plano de substituição de locomotivas**

Em 2014, a Administração identificou locomotivas que não atendiam certos padrões de eficiência operacional, gerando custos de manutenção, operação e consumo de combustível acima da média, o que ensejou a decisão de substituição dessa frota, para melhorar a produtividade de suas atividades ferroviárias.

Como havia um plano formalizado e houve aprovação por meio do Conselho de Administração durante 2014 para substituição de parte da frota existente, a Companhia registrou provisão para baixa das locomotivas que fazem parte desse plano no montante de R\$ 168.000 com a contrapartida na rubrica de despesa de provisão para *impairment* na demonstração do resultado, uma vez que apesar de ainda serem utilizadas, tais locomotivas serão descontinuadas em um curto espaço de tempo.

## 12. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Descrição	Indexador (i)	Encargos financeiros	31/12/2015	31/12/2014	01/01/2014	Vencimento
		Taxa média anual de juros				
Finem (BNDES)	URTJLP	9,31%	771.773	792.942	887.639	2029
Finame (BNDES)	Pré-fixado	2,77%	141.086	157.594	87.999	2024
NCE	112,00% do CDI	15,97%	406.805	399.410	150.873	2019
	109,00% do CDI	15,51%	304.644	304.959	304.046	2018
	URTJLP + 595%	-	-	-	104.726	2015
	Dólar (US)	3,40%	126.669	116.362	-	2016
	Dólar (US)	-	-	3.012	6.954	-
FCO	CDI + 3,50% a.a.	18,13%	205.692	22.005	-	2016
Bancos Comerciais	CDI + 4,91% a.a.	19,74%	195.632	-	-	2019
	CDI + 1,30% a.a.	-	-	-	7.903	2014
			<b>2.152.301</b>	<b>1.796.284</b>	<b>1.550.140</b>	
Debêntures	TJLP + 1,5%	8,58%	2.592	64.271	128.538	2016
Debêntures não conversíveis	108,00% do CDI	15,35%	175.428	172.903	166.881	2018
	Pré-fixado (ii)	10,10%	161.175	162.867	162.757	2020
	% Receita	-	30.315	64.974	82.441	2016
	Líquida					
	CDI + 1,70%	16,08%	151.528	131.218	116.725	2016
			<b>521.038</b>	<b>596.233</b>	<b>657.342</b>	
<b>Total</b>			<b>2.673.339</b>	<b>2.392.517</b>	<b>2.207.482</b>	
<b>Circulante</b>			<b>711.622</b>	<b>2.215.492</b>	<b>294.892</b>	
<b>Não circulante</b>			<b>1.961.717</b>	<b>177.025</b>	<b>1.912.590</b>	

- (i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). SELIC refere-se à taxa *overnight* do Sistema Especial de Liquidação e Custódia. É a taxa média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais na forma de operações compromissadas. O CDI ou Taxa DI *Over* (CDI *Over*) é obtido ao se calcular a média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na Cetip entre diferentes instituições financeiras. IPCA é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços.
- (ii) Há contratos de *swap* para essas dívidas e as taxas médias anuais de juros descritas acima já contemplam os efeitos desses instrumentos (ver nota 22).

Todos os empréstimos, financiamentos e debêntures são garantidos por avais da Companhia, nos mesmos montantes e condições do total financiado, inclusive para financiamentos de locomotivas e vagões, nos quais os bens financiados são dados em garantia.

Alguns contratos de financiamento com o BNDES, destinados a investimentos, são também garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com o custo médio de 1,96% a.a. ou por garantias reais (bens) e conta caução. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de fianças bancárias contratado era de R\$ 299.747.

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 14,14% e TJLP de 7,0%.

As parcelas classificadas como não circulante, deduzidas as amortizações das despesas com as emissões dos títulos e valores monetários e dívidas estruturadas, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	<b>31/12/2015</b>
13 a 24 meses	603.964
25 a 36 meses	454.502
37 a 48 meses	209.595
49 a 60 meses	254.017
61 a 72 meses	74.954
73 a 84 meses	54.646
85 a 96 meses	44.559
Acima de 97 meses	265.480
	<b>1.961.717</b>

Os valores contábeis dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia são denominados nessas moedas:

	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>01/01/2014</b>
Reais (R\$)	2.546.670	2.273.143	2.200.528
Dólar (US\$)	126.669	119.374	6.954
<b>Total</b>	<b>2.673.339</b>	<b>2.392.517</b>	<b>2.207.482</b>

#### ***Linhas de Crédito não utilizadas***

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia tinham disponíveis linhas de créditos de financiamento junto ao BNDES, não utilizadas, no montante total de R\$ 164.500.

#### ***Cláusulas Restritivas (“covenants”)***

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas existentes na maioria dos contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros. Os indicadores financeiros são analisados no nível da controladora indireta Rumo Logística, e consistem em: (i) dívida líquida bancária consolidada/EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, em português LAJIDA); (ii) EBITDA/resultado financeiro consolidado (são considerados somente juros sobre debêntures, empréstimos/financiamentos e operações de derivativos); (iii) patrimônio líquido/ativo líquido, sendo o item (iii) exclusivo para o BNDES. Exceto para o BNDES, cuja mensuração é anual, é necessária a apuração trimestral na data das demonstrações financeiras, utilizando os resultados consolidados da Rumo.

Com a aquisição da Companhia pela Rumo, iniciou-se um processo de discussão com os bancos definindo novos patamares para os *covenants*. Exceto pelo BNDES, cujos novos indicadores de dívida líquida/EBITDA e ICD ainda estão por ser definidos, todos os demais credores já concordaram com um *ratio* de até 5,5x dívida líquida/EBITDA. Se a negociação com o BNDES requerer um *ratio* de alavancagem inferior a este, o *ratio* pactuado será estendido a todos os demais credores com condições de *covenants* equivalentes. Em 31 de dezembro de 2015 os *covenants* financeiros trimestrais estavam atendidos dentro dos novos padrões estabelecidos.

As debêntures possuem cláusulas restritivas, em condições similares àquelas descritas para os empréstimos e também tiveram seu *covenant* de dívida líquida/EBITDA ajustado para 5,5x.

Como o BNDES ainda não definiu quais serão as novas métricas para os *covenants*, a Companhia obteve um *waiver* desta instituição quanto ao cálculo de indicadores em 31 de Dezembro de 2015.

### 13. Arrendamento mercantil

#### Arrendamentos financeiros

A Companhia possui contratos de aluguel, principalmente de vagões e locomotivas que, no julgamento da Administração, se enquadram como arrendamento financeiro.

Os saldos das obrigações relativas aos contratos de arrendamentos financeiros são:

#### Valor presente dos pagamentos

<b>mínimos futuros</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>01/01/2014</b>
Material rodante/terminais	1.172.469	1.010.814	1.080.578
<b>Passivo circulante</b>	<b>229.162</b>	<b>229.476</b>	<b>133.760</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>943.307</b>	<b>781.338</b>	<b>946.818</b>

Os contratos de arrendamento têm diferentes prazos de vigência, sendo o último com vencimento em junho de 2022. Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI.

<b>Bens</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>De 1 a 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>	<b>Total</b>
<b>Pagamentos mínimos futuros</b>				
Material rodante	316.731	829.135	167.449	1.313.315
Terminal	18.299	71.672	120.471	210.442
	<b>335.030</b>	<b>900.807</b>	<b>287.920</b>	<b>1.523.757</b>
<b>Juros na parcela</b>				
Material rodante	(93.852)	(153.601)	(19.997)	(267.450)
Terminal	(12.016)	(40.181)	(31.641)	(83.838)
	<b>(105.868)</b>	<b>(193.782)</b>	<b>(51.638)</b>	<b>(351.288)</b>
	<b>229.162</b>	<b>707.025</b>	<b>236.282</b>	<b>1.172.469</b>

## Arrendamentos operacionais

Bens	Pagamentos mínimos futuros			
	Até 1	De 1 a 5	Acima de 5 anos	Total
Veículos <sup>(1)</sup>	562	2.114	-	2.676
	<b>562</b>	<b>2.114</b>	<b>-</b>	<b>2.676</b>

Os pagamentos das prestações dos arrendamentos mercantis operacionais (aluguéis) são reconhecidos como despesas (nota 20) em base linear correspondente ao prazo de vigência dos seus respectivos contratos.

## 14. Certificado de recebíveis imobiliários

A Companhia firmou contratos de alugueis de terminais que foram objetos de securitização que resultou em cessão dos direitos destes créditos, cujo saldo é:

Terminal	Taxa	Prazo	Data inicial	31/12/2015	31/12/2014	01/01/2014
Terminal de Alto Araguaia-MT	CDI + 2,6% a.a.	30/11/2018	28/11/2008	229.253	238.858	284.731
<b>Circulante</b>				<b>68.407</b>	<b>238.858</b>	<b>105.214</b>
<b>Não circulante</b>				<b>160.846</b>	<b>-</b>	<b>179.517</b>

Os certificados de recebíveis imobiliários não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2015
13 a 24 meses	85.061
25 a 36 meses	75.785
	<b>160.846</b>

## 15. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais

	Provisão para demandas judiciais		
	31/12/2015	31/12/2014	01/01/2014
Cíveis, regulatórias e ambientais	11.654	1.188	950
Trabalhistas	25.162	11.581	905
	<b>36.816</b>	<b>12.769</b>	<b>1.855</b>

  

	Depósitos Judiciais		
	31/12/2015	31/12/2014	01/01/2014
Cíveis, regulatórias e ambientais	1.502	-	-
Trabalhistas	8.742	11.882	10.560
	<b>10.244</b>	<b>11.882</b>	<b>10.560</b>

Movimentação da provisão das demandas judiciais:

	<b>Trabalhistas</b>	<b>Cíveis, regulatórias e ambientais</b>	<b>Total</b>
<b>Em 01 de janeiro de 2014</b>	<b>905</b>	<b>950</b>	<b>1.855</b>
Provisionados no exercício	20.914	345	21.259
Baixas por reversão / pagamento	(10.238)	(107)	(10.345)
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>11.581</b>	<b>1.188</b>	<b>12.769</b>
Provisionados no exercício	24.680	11.865	36.545
Baixas por reversão	(2.032)	(336)	(2.368)
Baixas por pagamento	(4.908)	(2.435)	(7.343)
Depósito judicial	(4.425)	-	(4.425)
Atualização monetária	266	1.372	1.638
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>25.162</b>	<b>11.654</b>	<b>36.816</b>

**a) Tributárias**

➤ *Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:*

	<b>31/12/2015</b>
ICMS - Exportação (i)	48.519
Plano de Opção de Compra de Ações (ii)	8.003
IRPJ/CSLL (iii)	5.043
ICMS TAD (iv)	37.317
Outros	33.084
	<b>131.966</b>

- (i) ICMS – Exportação: Os fiscos estaduais autuaram as Companhia pela não tributação pelo ICMS nas faturas de prestação de serviços de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996.
- (ii) Plano de Opção de Compra de Ações: Auto de infração emitido pelo fisco federal relativo ao não recolhimento de contribuição previdenciária sobre planos de opção de compra de ações da Companhia oferecidos a seus empregados, com base no entendimento que eles tinham natureza de remuneração por serviços prestados.
- (iii) IRPJ/CSLL – Provisões trabalhistas: Trata-se de auto de infração que exige IRPJ e CSLL relativos ao ano de 2009, sob a alegação de a ALL teria excluído da apuração do lucro real e da base de cálculo ajustada da CSLL provisões trabalhistas. Pelo entendimento do Fisco, as baixas das provisões trabalhistas foram efetuadas pela ALL sem a individualização dos processos (provisões e reversões), o que impactaria na apuração tributária. A probabilidade de perda é possível, considerando que a ocorrência da decadência e que a ALL atendeu todas as regras tributárias referentes à adição e exclusão das provisões na apuração do IRPJ e CSLL.
- (iv) ICMS TAD: trata-se de Mandado de Segurança que visa o cancelamento de 49 Termos de Apreensão e Depósito (TADs) em decorrência do equivocado entendimento do Fisco do Mato Grosso no sentido de que a Companhia deveria ter emitido o Documento Auxiliar do Conhecimento do Transporte Eletrônico (DACTE) para acompanhar os serviços de transporte ferroviário de cargas prestados em maio e junho de 2011 e não o Despacho de Cargas em Lotação (DCL). Os TADs visam à cobrança de ICMS e de multa de 50% sobre o valor das operações autuadas e foram mantidos em sede de processo administrativo fiscal. Por se tratar de cobrança indevida e ilegal, a Companhia aguarda a reversão perante o Poder Judiciário.



**b) Cíveis, regulatórias e ambientais**

➤ *Processos judiciais considerados prováveis de perdas, portanto provisionados:*

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>01/01/2014</u>
Cíveis (i), regulatórias (ii) e ambientais (iii)	11.654	1.188	950

➤ *Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:*

	<u>31/12/2015</u>
Cíveis (i)	27.776
Regulatórias (ii)	394
Ambientais (iii)	45.855
	<u><u>74.025</u></u>

- (i) Cíveis: A Companhia é parte em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos ações indenizatórias em geral, tais como: abaloamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais, direitos e obrigações contratuais junto a clientes. Para as diversas ações cíveis, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou as circunstâncias e registrou provisões para as perdas prováveis em valores suficientes e adequados, representando, na data do balanço, sua melhor estimativa de desembolso que poderá vir a ser exigido para liquidar as ações.
- (ii) Regulatórias: Referem-se principalmente a multas e discussões junto a ANTT.
- (iii) Ambientais: Tais valores decorrem de autuações feitas pela CETESB (SP), IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente.

**c) Trabalhistas**

➤ *Processos judiciais considerados prováveis de perdas, portanto provisionados:*

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>01/01/2014</u>
Reclamações trabalhistas (i)	25.162	11.581	905

➤ *Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:*

	<u>31/12/2015</u>
Reclamações trabalhistas (i)	<u><u>47.916</u></u>

- (i) A Companhia discute diversas ações de natureza trabalhista, movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. Das ações em andamento, os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, adicional noturno, insalubridade e de periculosidade, eventual descumprimento de normas regulamentadoras do MTE, reintegração de emprego, indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais e outros.

## 16. Patrimônio líquido

### a) Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro 2015 é constituído por 765.326.706 ações, sendo 690.816.080 ações ordinárias nominativas, 69.380.885 ações preferenciais nominativas “A” e 5.129.741 ações preferenciais nominativas “B”. As ações preferenciais “A” não terão direito a voto e gozarão das seguintes vantagens e preferências:

- Dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
- Prioridade na distribuição de dividendos;
- Prioridade no reembolso de capital, em caso de liquidação da Companhia.

Ações preferenciais “B” tem os mesmos direitos das ações “A”, exceto pelo dividendos 10% maiores que o das ações ordinárias.

### b) Dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Lucro líquido do exercício	169.097
Prejuízos acumulados	(19.410)
Ajuste custo atribuído	483
Lucro líquido após compensação de prejuízos	150.170
Reserva Legal (5%)	(7.509)
Reserva incentivos fiscais	(30.538)
Lucro líquido do exercício - Ajustado	112.123
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	28.031

### c) Incentivos fiscais – SUDAM

A Companhia obteve através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM o direito à redução do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional.

O benefício fiscal compreende redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis apurados sobre o lucro de exploração até 2024. O efeito da redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis neste exercício calculados até 31 de dezembro de 2015 sobre o lucro da exploração foi de R\$ 30.538, contabilizado como redutor da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social da Companhia.

## 17. Resultado financeiro líquido

	31/12/2015	31/12/2014 (Reapresentado)
<b>Custo da dívida bruta</b>		
Juros sobre dívida	(265.086)	(217.972)
Variação monetária e cambial sobre dívida	(22.612)	(1.485)
Derivativos	(3.314)	2.559
	<u>(291.012)</u>	<u>(216.898)</u>
Rendimento de aplicação financeira	109.017	112.117
<b>Custo da dívida, líquida</b>	<b><u>(181.995)</u></b>	<b><u>(104.781)</u></b>
<b>Outros encargos e variações monetárias</b>		
Arrendamento mercantil	(97.673)	(137.968)
Despesas bancárias	(10.880)	(6.309)
Outros encargos e variações monetárias	(48.142)	(44.845)
	<u>(156.695)</u>	<u>(189.122)</u>
<b>Total</b>	<b><u>(338.690)</u></b>	<b><u>(293.903)</u></b>
Despesas financeiras	(430.349)	(410.544)
Receitas financeiras	117.585	115.567
Variação cambial, líquida	(22.612)	(1.485)
Derivativos	(3.314)	2.559
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b><u>(338.690)</u></b>	<b><u>(293.903)</u></b>

Durante o exercício de 2015, R\$ 70.957 das receitas financeiras são decorrentes de transações com partes relacionadas (controladora) referente a juros sobre debêntures privadas e mútuos.

Durante o exercício de 2015, R\$ 823 das despesas financeiras são decorrentes de transações com partes relacionadas referente a juros sobre mútuo.

## 18. Lucro por ação

As tabelas a seguir estabelecem o cálculo de lucro por ação, de operações continuadas e descontinuadas (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u> (Reapresentado)
<b>Resultado básico por ação</b>		
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido do período	169.097	128.431
Por ação ordinária	151.263	114.886
Por ação preferencial "A" (incluso remuneração adicional de 10%)	16.711	12.692
Por ação preferencial "B"	1.123	853
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Média ponderada de número de ações ordinárias	690.816	690.816
Média ponderada de número de ações preferenciais "A"	69.381	69.381
Média ponderada de número de ações preferenciais "B"	5.130	5.130
<b>Resultado básico e diluído:</b>		
Por ação ordinária	R\$ 0,219	R\$ 0,166
Por ação preferenciais "A"	R\$ 0,241	R\$ 0,183
Por ação preferenciais "B"	R\$ 0,219	R\$ 0,166

### Instrumentos antidilutivos

A Companhia emitiu para o BNDES Participações S.A., debêntures conversíveis em ações, remunerada a juros de mercado, no valor de R\$2.592 em 31 de dezembro de 2015, cujo prazo de vencimento é junho de 2016. A conversão, se realizada em 1º de janeiro de 2015, resultaria na emissão de 13.890 novas ações da Companhia.

## 19. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u> (Reapresentado)
Receita bruta	2.614.694	2.307.013
(-) Deduções (Impostos, descontos e cancelamentos)	(138.589)	(272.373)
<b>Receita líquida de serviços</b>	<b><u>2.476.105</u></b>	<b><u>2.034.640</u></b>

Durante o exercício de 2015, R\$ 130.682 das receitas são decorrentes de transações com partes relacionadas (substancialmente compreendidas com transações com a ALL - Malha Paulista) principalmente compostas por aluguel de terminal serviços de fretes ferroviário.

**Partilha Ferroviária entre ALL Malha Norte e ALL Malha Paulista – Resolução 1.773 – ANTT (informação suplementar)**

A resolução 1.773 da ANTT, instituiu a utilização obrigatória do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte Ferroviário (“Manual”), que determina que o valor devido para outras concessionárias a título de partilha de frete ferroviário (“Partilha”), passasse a ser classificado como Custo de Bens ou Serviços Vendidos da concessionária que origina o transporte. Demonstramos abaixo a receita líquida da Companhia e da partilha (líquida de impostos) de acordo com os requerimentos do Manual:

	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b> <b>(Reapresentado)</b>
Receita líquida de serviços de transporte	2.476.105	2.034.640
Partilha devida para ALL Malha Paulista	(1.077.487)	(920.113)
	<u>1.398.618</u>	<u>1.114.527</u>

## **20. Despesas por natureza**

O grupo de despesas é demonstrado no resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza/finalidade está detalhada como segue:

**a) Despesas por natureza:**

	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b> <b>(Reapresentado)</b>	<b>01/01/2014</b> <b>(Reapresentado)</b>
Material de uso na prestação serviço	(42.090)	(19.216)	(13.313)
Mão de obra contratada	(44.910)	(46.274)	(44.385)
Despesas com pessoal	(86.557)	(52.786)	(64.939)
Despesas com transporte	(1.318.837)	(1.052.344)	(860.378)
Depreciação e amortização	(328.108)	(190.731)	(145.367)
Provisão para <i>impairment</i>	-	(168.000)	-
Arrendamento mercantil operacional	(1.512)	(10.539)	(1.273)
Outras despesas	(78.737)	(108.243)	(81.614)
	<u>(1.900.751)</u>	<u>(1.648.133)</u>	<u>(1.211.269)</u>

**b) Classificados como:**

Custo dos serviços prestados	(1.881.981)	(1.465.333)	(1.194.186)
Gerais, comerciais e administrativas	(18.770)	(14.800)	(17.083)
Provisão para <i>impairment</i>	-	(168.000)	-
	<u>(1.900.751)</u>	<u>(1.648.133)</u>	<u>(1.211.269)</u>

Durante o exercício de 2015, R\$ 1.271.762 das despesas são decorrentes de transações com partes relacionadas (substancialmente compreendidas por transações com a ALL Malha Paulista) principalmente relacionadas a partilha de frete ferroviário.

## **21. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas**

	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b> <b>(Reapresentado)</b>
Resultado na venda estoques e inservíveis	4.721	20.806
Resultado na venda de imobilizado	(2.531)	-
Taxas /impostos	(7.783)	(1.784)
Provisão para demandas judiciais	(31.709)	-
Outras	(13.676)	1.826
<b>Total</b>	<u><b>(50.978)</b></u>	<u><b>20.848</b></u>

## 22. Instrumentos financeiros

### *Gerenciamento dos riscos financeiros*

#### **Visão geral**

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (a) Risco de crédito;
- (b) Risco de liquidez; e
- (c) Risco de mercado

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia, a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco.

Os valores contábeis e a separação por categoria dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u> <u>(Reapresentado)</u>	<u>01/01/2014</u> <u>(Reapresentado)</u>
<b>Ativos</b>			
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>			
Títulos e valores mobiliários	174.891	216.852	12.383
Caixa e equivalentes de caixa (Fundos exclusivos)	86	366.535	730.449
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.945
	<u>174.977</u>	<u>583.387</u>	<u>744.777</u>
<b>Empréstimos e recebíveis</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	25.017	299.550	551.918
Contas a receber de clientes	205.365	107.887	192.028
Recebíveis de partes relacionadas	727.678	624.593	172.484
Debêntures privadas	515.600	-	-
Caixa restrito	79.819	2.349	166.294
	<u>1.553.479</u>	<u>1.034.379</u>	<u>1.082.724</u>
<b>Total</b>	<u>1.728.456</u>	<u>1.617.766</u>	<u>1.827.501</u>
<b>Passivos</b>			
<b>Passivo pelo custo amortizado</b>			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.673.339	2.392.517	2.207.482
Arrendamento mercantil	1.172.469	1.010.814	1.080.578
Certificado de recebíveis imobiliários	229.253	238.858	284.731
Fornecedores	189.212	134.446	219.456
Outros passivos financeiros	21.161	-	-
Pagáveis a partes relacionadas	10.062	59	12.894
Dividendos a pagar	2.465	22.642	51.442
Parcelamento de debitos - REFIS	2.972	3.152	4.219
	<u>4.300.933</u>	<u>3.802.488</u>	<u>3.860.802</u>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>			
Instrumentos financeiros derivativos	20.281	22.942	27.897
<b>Total</b>	<u>4.321.214</u>	<u>3.825.430</u>	<u>3.888.699</u>

Durante o exercício, não houve reclassificação entre as categorias apresentadas acima.

### ***Estrutura do gerenciamento de risco***

A Administração tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho de Administração acompanha o Gerenciamento de Risco através de reportes da Alta Administração da Companhia, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Administração através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca manter um ambiente de disciplina e controle no quais todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da controladora supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos qual a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

Todas as atividades com derivativos para fins de gestão de risco são realizadas por equipes especializadas com as habilidades, experiência e supervisões apropriadas. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os valores justos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para proteger a exposição ao risco da Companhia estavam utilizando dados observáveis, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos descontados com base em curvas de mercado e estão apresentados a seguir:

	<b>Nocional</b>			<b>Valor justo</b>		
	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>01/01/2014</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>01/04/2014</b>
Contratos de <i>Swap</i> (juros)	160.000	-	-	(42.331)	-	-
Contratos de <i>Swap</i> (juros e câmbio)	124.714	160.000	160.000	22.050	(22.942)	(27.897)
	<b>284.714</b>	<b>160.000</b>	<b>160.000</b>	<b>(20.281)</b>	<b>(22.942)</b>	<b>(27.897)</b>

#### **(a) Risco de crédito**

	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>01/01/2014</b>
		<b>(Reapresentado)</b>	<b>(Reapresentado)</b>
Caixa e equivalentes de caixa (ii)	25.103	666.085	1.282.367
Títulos e valores mobiliários (ii)	174.891	216.852	12.383
Caixa restrito (ii)	79.819	2.349	166.294
Contas a receber de clientes (i)	205.365	107.887	192.028
	<b>485.178</b>	<b>993.173</b>	<b>1.653.072</b>

- (i) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data de reporte em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros.

- (ii) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é o valor registrado, como demonstrado na nota 12, com exceção das garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos. A exposição máxima em relação a garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos são apresentados no quadro de liquidez abaixo.

O risco de crédito sobre caixa e equivalente de caixa, títulos e valores mobiliários é determinado por instrumentos de *rating* amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos como segue:

	<u>31/12/2015</u>
AAA	45.036
AA+	57.251
AA	2.617
BB+	174.909
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<u><u>279.813</u></u>

**(b) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.



Os passivos financeiros não derivativos da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	<b>31/12/2015</b>				
	<b>Até 1 ano</b>	<b>De 1 a 2 anos</b>	<b>De 2 a 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>	<b>Total</b>
Arrendamento Mercantil	(335.031)	(318.476)	(582.331)	(223.130)	(1.458.968)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(976.828)	(654.819)	(1.182.342)	(581.723)	(3.395.712)
Certificado de recebíveis imobiliários	(108.902)	(108.902)	(99.827)	-	(317.631)
Instrumentos financeiros derivativos	12.250	(19.323)	(13.208)	-	(20.281)
Fornecedores	(189.212)	-	-	-	(189.212)
Outros passivos financeiros (i)	(21.161)	-	-	-	(21.161)
Parcelamento de débitos - REFIS	(610)	(361)	(1.234)	(1.664)	(3.869)
Dividendos a pagar	(2.465)	-	-	-	(2.465)
Pagáveis a partes relacionadas	-	(10.062)	-	-	(10.062)
<b>Total</b>	<b>(1.621.959)</b>	<b>(1.111.943)</b>	<b>(1.878.942)</b>	<b>(806.517)</b>	<b>(5.419.361)</b>

- (i) A Companhia possui acordo com instituições financeiras que possibilitam a alguns de seus fornecedores a antecipação de seus recebíveis para com a Companhia. Tais operações são usualmente denominadas pelo mercado como "*confirming*", "*forfaiting*" ou "risco sacado" e são consideradas instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$ 21.161 (R\$0 em 2014). Todas essas operações tiveram o Banco Itaú como contraparte, a uma taxa média de 15,96% a.a. O prazo médio dessas operações, que são registradas a valor presente pela taxa anteriormente mencionada, é de 3 meses.

#### (c) **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado – tais como as taxas de câmbio e taxas de juros – irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela política de gestão de riscos.

### **I. Risco cambial**

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial em ativos e passivos denominados em Dólares americanos (US\$):

	<b>31/12/2015</b>
Adiantamentos à fornecedores	20
Fornecedores	(199)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(126.669)
Instrumentos financeiros derivativos (Notional)	124.714
<b>Exposição cambial, líquida.</b>	<b>(2.134)</b>

#### *Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de câmbio*

O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado Dólar EUA em 31 de dezembro de 2015. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio Dólar EUA usados no cenário provável.

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2015, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/US\$) de 25% e 50%. O cenário provável considera as taxas de câmbio a vista em 31 de dezembro de 2015, como segue:

<b>Análise de sensibilidade das taxas de câmbio (R\$/US\$)</b>						
	<b>31/12/2015</b>	<b>Cenários</b>				
		<b>Provável</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>	<b>-25%</b>	<b>-50%</b>
Em 31 de dezembro de 2015	3,9048	3,9048	4,8810	5,8572	2,9286	1,9524

Considerando o cenário acima, os ganhos e perdas seriam afetados da seguinte forma:

<b>31/12/2015</b>							
<b>Exposição taxa de câmbio</b>	<b>Fator de Risco</b>	<b>Provável</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>	<b>-25%</b>	<b>-50%</b>	
Adiantamentos à fornecedores	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	20	5	10	(5)	(10)	
Fornecedores	Aumento na taxa de câmbio R\$/US\$	(199)	(50)	(100)	50	100	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Aumento na taxa de câmbio R\$/US\$	(126.669)	(31.667)	(63.335)	31.667	63.335	
Instrumentos financeiros derivativos (Notional)	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	124.714	31.179	62.357	(31.179)	(62.357)	
<b>Impacto no resultado do exercício</b>			<b>(533)</b>	<b>(1.068)</b>	<b>533</b>	<b>1.068</b>	

## II. Risco de taxa de juros

A Companhia monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas a algumas dívidas, e utiliza-se de instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos.

*Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de juros:*

A análise de sensibilidade sobre as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos (CDI e TJLP) e na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento e redução de 25% e 50% está apresentada a seguir:

<b>Exposição taxa de juros</b>	<b>31/12/2015</b>				
	<b>Provável (i)</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>	<b>-25%</b>	<b>-50%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	14.834	3.708	7.417	(3.708)	(7.417)
Títulos e valores mobiliários	24.730	6.182	12.365	(6.182)	(12.365)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	72.906	18.226	36.453	(18.226)	(36.453)
Debêntures privadas	(238.483)	(59.621)	(119.241)	59.621	119.241
Derivativos de taxa de juros	(20.281)	(5.070)	(10.141)	5.070	10.141
Certificado de recebíveis imobiliários	(32.416)	(8.104)	(16.208)	8.104	16.208
Arrendamento mercantil	(165.787)	(41.447)	(82.894)	41.447	82.894
<b>Impacto no resultado do exercício</b>		<b>(86.126)</b>	<b>(172.249)</b>	<b>86.126</b>	<b>172.249</b>

- (i) Os índices de CDI e TJLP considerados no cenário provável: 14,14% a.a. e 7% a.a., respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

### ***Valor justo dos instrumentos financeiros***

O valor justo dos ativos e passivos financeiros representa o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.
- O valor justo se aproxima substancialmente dos valores registrados devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis e não houve alteração substancial no risco de crédito da Companhia, veja detalhes na nota 12.

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos junto a diversas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Os derivativos são mensurados avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado referem-se, principalmente, a *swaps* de taxas de juros e contratos cambiais a termo.

As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e *swaps*, com cálculos a valor presente. Os modelos consideram diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo, curvas das taxas de juros.

O passivo financeiro de R\$ 20.281 está mensurado a valor justo de acordo com o Nível 2, sem nenhuma mensuração no nível 3. Demais instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado que se aproxima dos valores justos na data do balanço.

### ***Gestão de capital***

A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital adequado a cada um de seus negócios, onde a Companhia define como sendo o resultado de atividades operacionais dividido pelo patrimônio líquido total.